



---

ARTIGOS - ARTICLES

---

O passado como metáfora, exemplos para o futuro: os casos de Herman Kahn, nos anos 1947 a 1970, e David Staley, no século XXI

Fabio Sapragnas Andrioni<sup>1</sup>  
Instituto de Estudos Avançados – USP  
[fsandrioni@yahoo.com.br](mailto:fsandrioni@yahoo.com.br)

**Como citar este artigo:** ANDRIONI, F. S. “O passado como metáfora, exemplos para o futuro: os casos de Herman Kahn, nos anos 1947 a 1970, e David Staley, no século XXI”. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº6, p. 110-131. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Neste artigo, analisaremos as propostas de uso da história para especular sobre o futuro elaboradas por Herman Kahn, físico, estrategista militar e futurólogo estadunidense, que abordou o futuro ao longo de grande parte de sua trajetória profissional, iniciada em 1947. O principal conceito do autor para essa finalidade foi o de metáfora heurística, pelo qual defendia uma forma de utilizar casos do passado para pensar desdobramentos futuros. Em 2002, em um artigo, o historiador estadunidense David J. Staley recuperou aspectos da ideia e da proposta de Kahn e defendeu o papel do historiador na especulação do futuro.

**Palavras-chave:** teoria da história, futurologia, historiografia contemporânea, temporalidade

*The past as metaphor, examples for the future: the cases of Herman Kahn, in the year 1947 to the 1970, and David Staley, in the century 21<sup>st</sup>*

**Abstract:** In the 20<sup>th</sup> century, we can identify some proposals of how to use history to speculate about the future. One of them was elaborated by Herman Kahn, US American physicist, military strategist and futurist, who approached the future during the majority of his career, started in 1947. Herman Kahn's main concept to speculate about the future was the "heuristic metaphor". Through it, Kahn defended a method of comparison and approximation of past events to think future developments. In 2002, an article, by David J. Staley, brought back some aspects of Kahn's heuristic metaphor proposal and idea. Staley also defended historians as one of the most indicated professional to deal with the future to deepen a little more and bring some considerations that may contribute with reflections to what is on the subject.

**Keywords:** theory of history, futurology, contemporary historiography, temporality.

## I. Introdução

O historiador, em sua prática, não consegue aceitar “um pouco de futuro, sem que seja forçado a vê-lo como ameaça à qualidade profissional” (KOSELLECK, 2014, p. 189). Essa condição do historiador, percebida por Kosellek, foi construída ao logo do processo de formação disciplinar da história. Ao se pretender constituir uma história científica, os historiadores ou intelectuais que se preocupavam com tal estatuto para disciplina, elaboraram reflexões filosóficas, epistemológicas, teóricas e metodológicas que determinaram o passado como o objeto de estudo da história. Nesse processo, as outras temporalidades – presente e futuro – foram afastadas. Todavia, essa compreensão parece ter ficado restrita ao campo da história enquanto disciplina acadêmica, pois outras áreas continuaram produzindo conhecimento sobre o passado – sob a mesma alcunha de história – sem, todavia, afastar esse conhecimento das outras temporalidades.

Neste artigo, discutiremos duas interpretações contemporâneas sobre a história que delinearão formas de relacionar o passado e o futuro. Abordaremos a proposta do estrategista militar e “futurólogo” estadunidense Herman Kahn, a partir da historicidade do conceito de “metáfora heurística”, apresentado por Kahn em sua obra *The year 2000*, de 1967, em co-autoria com Anthony Wiener. A ideia por trás desse conceito passou a ser cunhada por Kahn desde 1947.

Já no século XXI, podemos perceber que elementos e estruturas desse pensamento exemplificado aqui com a análise do conceito de Kahn começou a encontrar ecos entre alguns poucos historiadores estadunidenses. Aqui, analisaremos a proposta de David J. Staley em um texto de 2002, publicado em um volume especial, chamado de *Unconventional History*, da revista de teoria da história *History and Theory*, com o título *A history of the future*.

## II. O planejamento militar e a consciência do futuro

A elaboração de uma relação metafórica e heurística com a história, na obra de Herman Kahn, acompanha a sua trajetória profissional, a qual, por sua vez, não está desatrelada do desenvolvimento do planejamento militar nos EUA nos anos após o fim da II Guerra Mundial. Em 1947, Herman Kahn, que já era formado em Física, e obteve o mestrado na mesma área pelo California Institute of Technology (CALTECH), foi contratado pela *RAND Corporation* como calculador. A *RAND* era um centro de pesquisa e desenvolvimento com contrato exclusivo com a Força Aérea dos EUA para desenvolver estudos e planejamentos voltados para a área de tecnologia e estratégia militares (DICKSON, 1971, p. 24-25; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 15-16; GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 51-52, 54; SHRADER, 2006, p. 60; STEVENSON, 2008, p. 38).

As primeiras publicações de Kahn na *RAND* abordavam acerca do comportamento de partículas atômicas e, por isso, ele começou a trabalhar com um método probabilístico conhecido como Monte Carlo (BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 13, 16-18; GHAMARI-TABRIZI,

2005, p. 63, 132-133). Esses estudos foram desenvolvidos por Kahn até a primeira metade da década de 1950 (BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 18-33; GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 65-66). Na segunda metade da mesma década seus interesses mudaram quando ele se aproximou do grupo do filósofo e lógico matemático Albert Wohlstetter, quem ficara famoso pelos seus estudos, bastante detalhados e profundos sobre a defesa dos EUA, para a qual também refletia e propunha elementos da “teoria dos jogos” (SMITH, 1991, p. 119-121; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 34-38; GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 67-68; STEVENSON, 2008, p. 56).

Foi ao trabalhar dentro desse grupo que Kahn desenvolveu metáforas com a finalidade de ilustrar certos argumentos. Em um relatório sobre “teoria dos jogos”, de 1957, Kahn e Irwin Mann pedem para que imaginemos que há uma casa e, nela, vive nossa família. Na casa há um porão de concreto onde um membro de nossa família tem a tarefa de apertar um botão capaz de explodir a casa do vizinho. Todavia, a casa do vizinho está na mesma situação. Há dúvidas sobre a capacidade de o porão proteger toda a família. Além disso, não é possível garantir que a família fique no porão o dia inteiro. A melhor garantia, frente às incertezas sobre a capacidade de o porão proteger contra a explosão ou de saber se, de fato, a explosão acontecerá, seria aumentar o poder das dinamites e a resistência dos porões. Isso, por sua vez, demandaria pesquisa e desenvolvimento e uma reflexão acerca da própria atividade decisória, a qual ganharia muito mais responsabilidade em um contexto como esse (KAHN & MANN, 1957a, p. 58-59, 63-64).

A construção da metáfora da casa e dos porões possuía algumas finalidades. A mais óbvia era ilustrar a postura de defesa dos EUA, a qual Kahn e o grupo de Wohlstetter eram críticos. (KAHN, 1969b, p. 16-19, 28-36, 39, 97; KAHN, 1962, p. 15-16, 21-23, 35-36, 106-108; KAHN, 1971, p. 19-21, 23-24, 35-36, 117-199; DICKSON, 1971, p. 56-57; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 40-41)<sup>2</sup>. Outra finalidade, menos óbvia, era a defesa de instituições como a RAND, as quais possuíam justamente esse papel de pesquisar e promover os desenvolvimentos tecnológicos, técnicos e governamentais, visando fornecer fundos contextuais para que os elaboradores de políticas e tomadores de decisões soubessem o que estava em jogo. Por trás dessa defesa, estava também uma consciência que se adquiria sobre o peso e a importância das decisões em um mundo ameaçado pelas armas nucleares. Essa situação, conforme Kahn, demandava uma análise ampla e variada, considerando os diversos fatores e condições envolvidos (KAHN, 1969b, p. 252; KAHN, 2007, p. xv.).

Essa defesa de Kahn abrangia toda uma prática de pesquisa e o lugar onde ela era realizada, no caso, a RAND. O nome RAND vinha justamente da junção das iniciais das palavras *research and development* (pesquisa e desenvolvimento), logo, R and D. Basicamente, a RAND atuava em três frentes: 1) a pesquisa básica, que era a pesquisa sem objetivos externos; 2) a pesquisa aplicada, a qual era desenvolvida visando um fim determinado; e 3) o desenvolvimento, que consistia em desenvolver artefatos e materiais a partir do resultado das pesquisas, sem, todavia, o compromisso de produzir esses artefatos. Para conseguir atender tanto a pesquisa quanto o desenvolvimento, a RAND empregou cientistas, a maioria físicos e de outras áreas exatas, assim como, em menor número, economistas, cientistas políticos, psicólogos e cientistas sociais. Por essa prática de produção de pesquisas, esses institutos

passaram a pertencer à categoria de *think tanks* (DICKSON, 1971, p. 8, 24-25; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 15-16; GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 51-52, 54; SHRADER, 2006, p. 60; STEVENSON, 2008, p. 38; ; FORTUN & SCHWEBER, 199, p. 628-629).

A metáfora da casa e do porão era um modelo bastante abstrato e pouco ou nada dizia sobre a história. Porém, ela transparecia, de forma sutil, um problema que o planejamento militar tentava constantemente resolver: o da incerteza do futuro. Kahn refletiu sobre essa questão em vários de seus escritos, principalmente em virtude do desenvolvimento das armas atômicas, uma vez que elas impactariam decisivamente o equilíbrio das relações internacionais. A solução proposta por Kahn – a qual também orientava a prática de pesquisa do futuro na RAND – era levantar diferentes possibilidades para o futuro. Nesse sentido, a “pesquisa e desenvolvimento” é novamente defendida como a prática que poderia elaborar planos contingenciais, os quais qualificariam a capacidade das escolhas a serem feitas em um contexto tão complicado. (KAHN & MANN, 1957b, p. 38; KAHN, 1969b, p. 3, 316, 324-325, 357, 387, 626-640; KAHN, 2007, p. xv, xviii.)

Dentre os diversos recursos e métodos para lidar com um mundo incerto e perigoso, Kahn propunha o método de correlação. Derivado das aplicações do Monte Carlo, o método consistia em buscar soluções simultâneas para problemas que possuiriam alguma relação ou semelhança. Assim, a partir da resposta obtida e conhecida para um problema, calculava-se as respostas para aqueles que não as tinham. Havia, dessa forma, um processo de consideração de soluções como um modelo genérico para os outros problemas, o que também revelaria diferenças, quando comparados, denotando o caráter de “paráfrase” da prática (KAHN & MANN, 1957b, p. 124; KAHN, 1954, p. 95, 112).

Porém, o principal recurso “parafrásico” e heurístico desse período foram os jogos, principalmente para obter exemplos para situações reais. O uso de jogos, dessa maneira, tal como o método de correlação, teria uma finalidade altamente prática: a obtenção de “casos” que poderiam esclarecer acerca das situações reais de conflito. Essa crença na qualidade dos jogos para refletir e conhecer o mundo real existia, pois Kahn entendia que a teoria dos jogos não cabia somente aos jogos, mas a qualquer situação de conflito, definida como a situação na qual há dois ou mais participantes com objetivos e interesses distintos. A teoria dos jogos serviria, então, para refletir sobre as ações mais propícias e as estratégias mais indicadas e adequadas para alcançar um objetivo e, então, vencer o conflito (KAHN & MANN, 1957a, p. 21, 24-25).

Os jogos também serviriam para trabalhar a intuição, uma vez que criariam uma “pseudo-experiência”, o que, na opinião dos pesquisadores da RAND, era importante, já que em uma situação histórica onde existiam armas capazes de destruir uma nação ou mesmo o mundo “há áreas grandes e importantes onde ninguém tem ‘experiência’” (KAHN & MANN, 1957c, p. 1-2). De fato, ninguém nunca lutou uma guerra termonuclear e, por isso, situações que criassem algum tipo de experiência eram defendidas como algo necessário e importante. Os jogos visavam justamente cumprir essa função, pois funcionavam como metáforas para

situações reais possíveis e potenciais. Dessa forma, pensar a situação internacional conforme os jogos fez com que Kahn propusesse o a metáfora da casa e dos porões com dinamites, a qual chamou de *deterrence game* (KAHN & MANN, 1957d, p. 4-6; KAHN & MANN, 1957c, p. 159).

Os jogos não eram o único recurso para pensar o futuro e as incertezas inerentes a ele. A história também tinha essa função. Por exemplo, Kahn utilizou a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais para pensar desdobramentos futuros de guerras. Recorrer ao passado era uma forma de compensar a experiência que faltava acerca das guerras termonucleares, não por que se acreditava que o passado, como tal, ensinaria sobre o futuro, mas ele poderia fornecer paráfrases, tal como praticado com a correlação entre problemas usadas no método Monte Carlo.

Ou seja, o passado composto pelas guerras mundiais do século XX seria o problema com a resposta conhecida. Ele seria usado para buscar respostas e soluções para uma situação com as respostas ainda desconhecidas, que eram os resultados futuros de um contexto internacional no qual as armas termonucleares eram uma realidade.

Uma conclusão que Kahn alcançou ao aplicar esse modelo de correlação foi que, tal como a Primeira Guerra, entre os anos de 1960 a 1975, uma guerra poderia ter início, mesmo contra a vontade da maioria dos participantes, por um motivo aparentemente menor e, uma vez iniciada, não haveria mais como impedi-la. Algumas das situações, análogas às da Primeira Guerra, que poderiam gerar ou existir em um conflito seriam ou uma postura indiferente dos governos, mesmo diante de alarmes e crises, ou os governos desconhecem aspectos técnicos da guerra, ou a oportunidade que pequenas nações teriam de manipular as nações maiores (KAHN & MANN, 1969, p. 368-370, 375).

A interpretação de Kahn acerca do futuro do mundo em um ambiente de armas nucleares foi um tema importante, senão central, em seus três primeiros livros, *On thermonuclear war*, de 1960, *Think about the unthinkable*, de 1962, e *On escalation*, de 1965. No entanto, a partir do segundo livro, podemos perceber uma ampliação de algumas das ferramentas aprendidas no período da RAND e uma reflexão também mais ampla e desenvolvida sobre a relação entre passado e futuro. Ao discutir as estratégias de defesa civil, Kahn afirma a busca pela relação entre as propostas de defesa civil e de dissuasão com os exemplos e as lições do passado. Nesse sentido, Kahn claramente aproxima história e a extrapolação do futuro. Porém, isso não significa que a história seja o espaço dos fatos objetivos e a extrapolação do futuro, o da imaginação. A imaginação acaba ocupando a reflexão sobre as duas temporalidades, resultando ou na história imaginada para o futuro, ou no passado imaginado fora de suas amarras temporais. Isso ocorre, pois Kahn acreditava que com essa forma de trabalhar com o passado havia um aspecto racional, uma vez que era, para ele, a única maneira possível de lidar com a guerra atômica (KAHN, 1971, p. 106-107, 288; KAHN, 1962, p. 97-98, 253).

Portanto, se Kahn reconhecia a importância do papel da imaginação na arte de pensar o futuro, o físico ressaltava a superioridade da história em relação à imaginação, pois era mais rica e imaginativa do que qualquer mente. Em seus três primeiros livros, como o foco é a possibilidade de uma guerra futura, o período da história em que Kahn mais busca exemplos é novamente o das duas Guerras Mundiais. No *On thermonuclear war*, por exemplo, ao analisá-las,

Kahn estabelece um ritmo de mudança tecnológica, na qual cada guerra é uma revolução tecnológica em relação à anterior. A partir disso, ele imagina como seriam dois contextos de “guerras” que poderiam ter ocorrido em 1951 e 1956, ou seja, elabora um passado diferente, conforme um desenho contextual dos períodos. A esse passado construído, Kahn dá o nome “passado hipotético”. Além desse exercício, o autor extrapola outros quatro contextos de “guerras” para o futuro, localizados nos anos de 1961, 1965, 1969 e 1973. Kahn não pensa essas guerras como conflitos, mas como recortes cronológicos de períodos de cinco anos usados para extrapolar os desenvolvimentos tecnológicos e políticos. Com essa experimentação, ele conclui que, de fato, as guerras aceleram o avanço tecnológico e também o aprendizado prático sobre como os novos artefatos desenvolvidos funcionam, o que não seria possível nos tempos de paz, quando o uso é desenvolvido em bases somente hipotéticas e especulativas (KAHN, 1969, p.125-126, 193, 239-240, 311-315, 348-349, 416-419, 425-447, 451, 453-457, 475, 481-486, 488-492, 495-498, 501-505, 509, 515, 557; KAHN, 1969a, p. 312-313; KAHN, 1968, p. 201).

Nesse momento, a construção histórica e a extrapolação construídas por Kahn são ainda bastante lineares, pois o passado aparece como uma tendência de mudança, a qual é extrapolada como continuidade para o futuro. Em outras palavras, o passado é uma série que forma um contexto geral e amplo para o futuro. Porém, o passado é também um manancial de episódios para pensar, por aproximação, o futuro e o presente, funcionando como uma correlação entre “problemas”. O aprendizado que Kahn acredita ser possível a partir da história não seria, no entanto, por repetição, uma vez que “a história não se repetirá servilmente, contudo, ela poderá se parafrasear” (KAHN, 1969b, p.312). Conhecer as duas guerras mundiais auxiliaria a analisar a situação da dissuasão de maneira mais sóbria. O passado, como paráfrase, não permite prever os eventos, mas permite delinear fundos contextuais possíveis e prováveis. Em outras palavras, não é esperar o surgimento de um novo Hitler, mas saber que o medo de refletir sobre guerras poderia levar algum líder de alguma nação a usar esse medo para atender seus desejos, tal como, na interpretação de Kahn, Hitler fizera. Outra “lição” que Kahn retira da experiência das duas guerras mundiais é que foram os ingleses que acabaram declarando a guerra. Caso os EUA não realizassem uma dissuasão adequada, Kahn acreditava que o país poderia terminar refém de um ultimato entre a guerra ou a paz desvantajosa (KAHN, 1969b, p. 98, 312, 375, 377, 409, 414, 558-563, 414; KAHN, 1962, p. 78-80, 178-179; KAHN, 1971, p. 84-86, 200-201).

### III. O planejamento de um futuro mais amplo e a metáfora heurística

Em 1961, após sair da *RAND*, Kahn fundou seu próprio centro de pesquisa, o *Hudson Institute*. Foi também ao longo da década de 1960 que o interesse pelo futuro se ampliou, indo além da consultoria militar e extrapolando cada vez mais distante no tempo. Parte disso foi devido à diminuição dos investimentos governamentais nas pesquisas militares, principalmente no papel dado aos *think tanks*, o que fez com que os institutos, tal como o *Hudson*, buscassem

outras fontes de financiamento, abordando outros temas e oferecendo os estudos para outras esferas (SMITH, 1972, p. 1; BRUCE-BRIGGS, 2000, p. 133; HUDSON, 1962, p. 1, 3; WILLIAMS, 1962, p. 2). Porém, os próprios estudos do futuro, já praticados havia mais de uma década, geravam essa necessidade de ampliação. Peguemos o exemplo do planejamento militar em um mundo de armas atômicas. Como vimos, a justificativa de estudar o futuro é justamente pela incerteza frente à ameaça das armas nucleares. Uma forma proposta de buscar a solução para esse problema é delinear diversos futuros possíveis. Essa solução, porém, só se torna factível se for possível fazer previsões para depois da ameaça. Assim, cada previsão e planejamento geravam a necessidade de um novo planejamento para além daquele tempo. Essa era a dinâmica constante da ampliação do alcance dos estudos futuros.

Para conseguir elaborar estudos cada vez mais abrangentes e expandidos no tempo, novos conceitos foram elaborados, justamente para abordar as continuidades e como elas dependiam e estavam ligadas às decisões tomadas em momentos chaves. O conceito usado por Kahn nessa nova fase foi o de “cenário”. É possível entender o cenário como uma ordenação ou uma segmentação sistemática do futuro, visando seu estudo. Uma definição possível para o conceito é: constituir uma descrição narrativa de forma hipotética ou imaginária, que pode ou não ser detalhada, mas que apresenta uma sequência de eventos para o futuro, possibilitando uma análise que leve em conta os diversos aspectos, assim como os desdobramentos possíveis e prováveis. O cenário também pode focar nos pontos críticos de decisão, considerando as alternativas possíveis para os agentes envolvidos. No *Hudson Institute*, o cenário se tornou uma ferramenta muito importante, sendo refinada nos diversos trabalhos desenvolvidos dentro do instituto e apresentada como um carro chefe qualitativo de seus estudos (HUDSON, Carta 1961, p. 1, 3; KAHN, Carta 1962; KAHN, 1971, p. 157-158; KAHN, 1962, p. 143; KAHN, 1967a, p. 6, 262; KAHN, 1968, p. 32-33, 324; HUDSON Institute, volume 1, 1973, Side B; KAHN, 1969b, p. 368-370, 526-527; KAHN, 1971, p. 194; KAHN, 1962, p. 173-174; HUDSON. 27 de Set. de 1961, p. 3).

Kahn reconhecia que qualquer desenvolvimento tecnológico futuro, a configuração internacional que decorreria desses desenvolvimentos e as crises que surgiriam seriam momentos inéditos. Contra isso, uma fonte rica de cenários seria a história. Assim como a história poderia ser usada como cenário, o cenário também poderia servir como exemplo histórico e “inventar” uma experiência onde ela nunca existiu, tal como os jogos que serviam para imaginar e especular sobre realidades inexistentes (KAHN, 1969b, p. 368-370, 526-527; KAHN, 1971, p. 194; KAHN, 1962, p. 173-174; HUDSON Institute. 27 de Set. 1961, p. 3).

Um exemplo de cenário elaborado a partir do passado para pensar possibilidades para o futuro é o do incêndio no *Reichstag*, quando o parlamento da Alemanha Imperial, em 1934, foi consumido pelas chamas. O atentado foi atribuído a um grupo de comunistas jovens. Conforme Kahn, os nazistas, responsáveis de fato pelo incêndio, usaram esse ato como um motivo para perpetrar uma série de medidas contra os comunistas, como expulsá-los do Parlamento, o que permitiu que a maioria nazista que sobrara no país instaurasse a ditadura de Hitler. A interpretação que Kahn faz desse fato é que algumas nações poderiam criar um

incidente como o do *Reichstag* para justificar o ataque a um inimigo (KAHN, 1969b, p. 529-530; KAHN, 1971, p. 194; KAHN, 1962, p. 173).

É nesse cruzamento da busca por exemplos do passado com a elaboração de cenários sobre o futuro que Kahn idealizou a apropriação metafórica da história. Ao conceber os cenários também como um recurso para estimular a imaginação, a construção de sucessões de eventos passados se torna um campo de atuação da imaginação, visando construir eventos possíveis, ainda que não ocorridos. Dessa forma, criar-se-ia exemplos inexistentes, porém, de alguma forma coerentes com contextos passados. A defesa para essa prática era criar várias possibilidades, as quais auxiliariam no planejamento ao servir como exemplos para a tomada de decisões. Ao criar “cenários do passado” dessa maneira, Kahn apresentava sua proposta de apropriação do passado por metáfora, a qual mantém a estrutura da paráfrase para solução de problemas, como aparecia no uso por correlação do método Monte Carlo: para resolver um problema cuja resposta é desconhecida, parte-se de outro, relacionado com o primeiro, cuja resposta já é conhecida e, a partir dela, estima-se uma resposta para o primeiro (HUDSON, 27 de Set. de 1961, p. 1).

Essa estrutura metafórica e imaginativa ao comparar dois momentos aparecia, inclusive, nas falas de Kahn. Em uma palestra para militares, Kahn contava um episódio ocorrido na Segunda Guerra para ilustrar um ponto que defendia sobre o presente. Ao fim de sua exposição, um general o contradisse, apresentando outra narrativa sobre o mesmo episódio. Kahn, então, questionou o interlocutor sobre a autoridade da informação, ao que o general respondeu que fora testemunha presente do episódio narrado. A réplica de Kahn foi que, apesar da diferença das narrativas, não importava o que de fato acontecera, mas, se a coisa tivesse ocorrido tal como Kahn expusera, o ponto defendido acerca do presente estava ilustrado e embasado (GHAMARI-TABRIZI, 2005, p. 76).

Podemos dizer, então, que há, nas metáforas, um nível de manipulação nas relações entre passado e futuro, fazendo com que a história se torne algo além do relato sobre o acontecido no tempo passado. História, agora, também passa a abranger aquilo que poderia ter acontecido, mas não aconteceu. Em Kahn, essa expansão do conceito de história existe devido à justificativa de o conhecimento do passado poder auxiliar na criação de experiências para situações desconhecidas. Em suma, para situações desconhecidas, experiências inéditas. Essa forma de entendimento da história apresenta aspectos de história contrafactual, a qual normalmente parte de questões sobre possibilidades históricas, normalmente orientadas pela seguinte interrogação: “o que aconteceria se...?” (GALLAGHER, 2013, p. 53-59). Uma forma de representar a concepção temporal da história contrafactual é a letra “Y”, pois ela indica um caminho e uma bifurcação. Essa concepção leva a conceber que há, no passado, um caminho, que é o que de fato aconteceu, o qual podemos chamar de histórico, mas há, ainda, um campo de possibilidades do que poderia ter acontecido. Esse campo de possibilidades estaria atrelado ao contexto passado e, por isso, seria plausível. Assim, as construções de história contrafactual e os cenários do passado, como Staley coloca, parasitam a realidade. Quando Kahn aborda e



constrói dois contextos de guerra mundial na década de 1960, de uma forma historicamente retroativa, Kahn está praticando história contrafactual (GALLAGHER, 2013, p. 56; TETLOCK, LEBOW & PARKER, 2009, p. 17-18, 29-30, 30-31, 33-34, 53-54, 58; 60-65; FERGUSON, 1995, p. 18, 87-89; BUNZL, 2004, p. 845-848, 852-855, 857-858; STALEY, 2002, p. 85-87; STALEY, 2010, p. 63-64, 115, 116, 118-120, 122-125; KAHN, 1969a, p. 207-208; KAHN, 1968, p. 129-130).

Interpretar a história como um caminho possível entre tantos outros está atrelado à compreensão de que o futuro também não é um caminho único. Por outro lado, reconhecer que o futuro é um caminho aberto e repleto de possibilidades, também traz à consciência que o passado foi, quando era presente, um tempo com futuros potenciais. Logo, tanto o trabalho contrafactual, quanto os cenários operam nesse campo, ora com o que poderia ter acontecido diferentemente do que aconteceu, ora com o que poderá acontecer frente a um determinado contexto. Ambas compreensões estão conectadas, de alguma forma, com a realidade presente presente ou presente passada e contra a ideia de um fim predeterminado. Apesar de guardar esses elementos de história contrafactual e de “história” do futuro, as construções de Kahn sobre o passado, e mesmo os cenários, não compartilham da preocupação e da busca de legitimidade entre historiadores, que autores como Staley, Gallagher, Ferguson e outros buscam. Kahn não está preocupado com a legitimidade e com os fundamentos metodológicos que autorizem as construções contrafactuais ou de cenários como exercícios legítimos do ofício do historiador, não realizando distinções que foram buscadas, como a entre história alternativa e história contrafactual (STALEY, 2010, p. 63-64, 116-118, 122-125; STALEY, 2002, p. 85-87; FERGUSON, 1995, p. 68).

Apesar de parecer e ser apontado muitas vezes como extremamente fantasioso e imaginativo, Kahn raramente abre mão da plausibilidade. Inclusive, ele defende que as construções sobre o futuro devem sempre buscá-la. A plausibilidade seria obtida a partir das relações lógicas e “historicistas” que os cenários teriam com o contexto no qual se inserem. Porém, o principal, para Kahn, não é o elemento metodológico e objetivo das construções realizadas. O principal, para ele, é o poder de convencimento sobre a ação no presente que os cenários devem exercer.

Por isso, Kahn e seu instituto insistiam tanto nos cenários. Seu compromisso não era com um conhecimento objetivo sobre o passado, ou com construções de cenário ou históricas contrafactuais que fossem historicamente mais adequadas. Kahn se permitia o elemento ficcional e imaginativo sobre o futuro e sobre o passado. Isso se intensificou ao longo da década de 1960 e 1970, com a busca por novos financiamentos e com a intenção de desenvolver planos e cenários mais amplos e que abordassem aspectos mais gerais e diversos do mundo e do processo histórico. Ao ampliar a análise para anos mais à frente, em 1967, no *The year 2000*, as especulações alcançam trinta e três anos para o futuro, e no *The next 200 years*, de 1976, duzentos anos à frente.

Para realizar especulações conforme esses recortes mais avançados, alguns tipos de cenários se tornaram categorias próprias. Kahn cunhou, por exemplo, a projeção livre de surpresas, que é a projeção mais linear a partir das tendências presentes. Propôs também o

conceito de mundo padrão, que seria o mundo (ou os mundos) resultante da projeção livre de surpresas. Haveria também as variações, que são as alternativas ao mundo padrão. Essa complexidade conceitual a partir do “cenário” visava justamente disciplinar as formas de extrapolações e de especulações a serem elaboradas, buscando compreender tantos os fatores isolados, quanto suas interações e conseqüências (KAHN, 1967a, p. 6; KAHN, 1968, p. 32-33; KAHN, 1979, p. 50-51; KAHN & BRUCE-BRIGGS, 1972, p. 162-163).

É também a partir do *The year 2000* que Kahn passa a utilizar o conceito de metáfora heurística. A essência do conceito é uma adaptação de uma estrutura recorrente nos estudos de Kahn: “A História pode não se repetir, mas pode parafrasear-se”. (KAHN, 1967a, p. 32; KAHN, 1968, p. 64). O conceito e a definição de heurístico também são o reconhecimento definitivo do uso de exemplos históricos para pensar possibilidades para o futuro.

Além disso, a metáfora heurística traz, como algo novo, uma discussão e uma reflexão históricas. Partindo de um ponto conhecido, que é a incerteza sobre o futuro, Kahn recorre agora às interpretações macro-históricas e às Filosofias da História para buscar as tendências históricas mais duradouras e que pareciam possíveis continuar nos próximos anos. Essas diferentes interpretações de longa duração são comparadas como metáforas heurísticas para formular possibilidades de padrões e de tendências para o futuro a partir do presente (KAHN, 1967a, p. 26-27, 32; KAHN, 1968, p. 55-58, 64).

A metáfora heurística também era usada para construir exemplos históricos metafóricos para refletir sobre os resultados em situações análogas ou semelhantes às do passado. Por trás dessa utilização, aparece um novo argumento. Conforme Kahn, muitos acontecimentos ou aspectos de acontecimentos se inserem em padrões, os quais serviriam para pensar temas, questões e hipóteses (KAHN, 1967a, p. 32; KAHN, 1968, p. 64). Ou seja, por mais que reconhecesse os perigos da analogia histórica, justamente pela unicidade dos fenômenos históricos, a defesa metafórica supõe desconsiderar esse aspecto, uma vez que não busca uma aproximação objetiva, mas heurística. A analogia pode ser empregada, pois não intenciona provar, comprovar ou narrar algum evento do passado tal como ele foi (KAHN, 1972, p. 30-31).

Um exemplo de metáfora heurística desenvolvido para entender o período do final dos anos 60 e início dos 70 e especular seus possíveis desenvolvimentos foi compará-lo com a *belle époque*. Conforme Kahn, o início do século XX e o final dos anos 60 tinham, em comum, um sentimento de otimismo e satisfação. No início do século, haveria um sentimento de unidade do Ocidente, sob a liderança da Europa e dos EUA. Porém, outras duas sociedades não ocidentalizadas também se destacavam: Japão e Rússia. No mundo, os processos de industrialização e modernização ganhavam cada vez mais força, representavam a ocidentalização e vinham acompanhados de otimismo e fé no futuro (KAHN, 1967a, p. 13-16, 57, 189-191, 230-242; KAHN, 1968, p. 41-45, 89-90; KAHN, 1972, p. 13,19). Por sua vez, o período de 1953, com o fim da Guerra da Coreia, até 1965, com a desilusão do Vietnã, teria sido de paz relativa, prosperidade e crescimento econômico. Em comum, ambas épocas

presenciaram expansões comerciais e de investimentos, assim como das viagens, da comunicação e de circulação de pessoas, trabalhadores, bens e capitais. Houve também a tentativa de difundir uma moral burguesa, a qual, no início do século XX, era contrária à prostituição, ao jogo, ao álcool, às drogas e defendia reformas políticas e direitos das mulheres. Já o segundo momento, chamado por Kahn de a segunda *belle époque*, presenciou uma defesa pelo direito das mulheres, pelos direitos civis, pelas reformas políticas. A corrida armamentista também era uma realidade em ambas, com pequenas desordens e guerras nas nações em desenvolvimento (KAHN, 1972, p. 32-35).

A diferença principal era que a segunda *belle époque* provavelmente não seria encerrada por uma guerra, como fora a primeira, e estender-se-ia, gradualmente, até a década de 1980. Todavia, o resultado seria um novo contexto, fruto da erosão das bases políticas, militares e econômicas das décadas de 1950 e 60 e, conseqüentemente, uma possível situação de instabilidade. Haveria grandes chances de se manifestar uma contradição entre os defensores dos valores da contracultura e os contrários a ela, principalmente conservadores (KAHN & WIENER, 1967a, p. 127-128; KAHN & WIENER, 1968, p. 174-175; KAHN & WIENER, 1972, p. 36-38).

Outro exemplo de utilização da metáfora heurística é a comparação dos padrões mais longos ou universais, como a realizada entre as hipóteses de flutuação das culturas de Sorokin, os ciclos de governo de Aristóteles e algumas definições de Spengler (KAHN & WIENER, 1967a, p. 31-32).

Sorokin compreende a história que se inicia na Grécia Antiga e estende-se até o século XX d.C. como a transição de três tipos de culturas: a *Ideational*, a *Idealistic* e a *Sensate*. A realidade na cultura *Ideational* é a perenidade de um Ser maior e metafísico. Já na cultura *Sensate*, a realidade é o que os sentidos conseguem perceber, sem a crença ou a busca por uma realidade além. A cultura *Idealistic*, por fim, combina as duas anteriores, de forma equilibrada (SOROKIN, 1970, p. 70).

Na dinâmica das culturas, Sorokin indica que uma cultura *ideational* ruma para a *sensate*, e um dos indícios disso é uma valorização cada vez maior do que os sentidos percebem. Nesse caminho, então, desenvolve-se a ciência em conjunto, com suas tecnologias que ampliam as percepções sensoriais. Nesse processo, o racionalismo é gradualmente substituído pelo empirismo. Politicamente, esse movimento seria acompanhado por uma queda das aristocracias e de características teocráticas religiosas como liderança e prestígio, dando lugar à valorização da riqueza, da força física e militar e da habilidade política. O resultado prático seriam governos tiranos ou oligarcas, ou democracia e monarquias com caráter hedonista e utilitário (SOROKIN, 1937. p. 5, 7-9, 65-66; SOROKIN, 1970, p. 227-229, 259-260, 478). Essa visão de Sorokin parece se inspirar de fato em Aristóteles, quem afirma que, após o estabelecimento da aristocracia, alguns dos aristocratas se corrompem e começam a enriquecer a partir do bem público, formando, com isso, as oligarquias, a forma viciada do governo de poucos, pois ergue ao poder os possuidores de fortuna, que normalmente são a minoria e acabam governando somente pelos seus interesses (ARISTÓTELES, s/d., p. 117, 141, 233).

A sequência apresentada por Kahn, a partir da junção dos três autores, culminaria, politicamente, na democracia, acompanhada pelo relativismo e pelo ceticismo. A democracia, como espaço do relativismo e do ceticismo, indica já o período final do processo *sensate*. A certeza dos sentidos já não é uma base segura, porém, ela já solapara a verdade da fé e a verdade racional. Com isso, o ceticismo cada vez mais se difunde, indicando uma falta de esperança que culmina em um *carpe diem* sensual e niilista defensor da necessidade de que o próprio homem modifique sua mente para atingir a felicidade e a paz mental. Por sua vez, o relativismo nasce da crença de que a mudança define a realidade, porém, compreende que essa condição do temporário impede qualquer certeza absoluta (ARISTÓTELES, s/d., p. 141; SOROKIN, 1937, p. 67-69, 108, 211-217, 229-239; SOROKIN, 1970, p. 260-261, 272, 303-306, 315-322).

Politicamente, a democracia se enfraqueceria, pois o relativismo e o ceticismo se transfeririam para a lei, dando espaço para o surgimento de demagogos. Sendo assim, a democracia se igualaria à tirania, pois os demagogos adulariam a vontade do povo, conquistando influência sobre ele. A disputa se instaura, então, entre facções oportunistas, as quais buscam garantir privilégios e, portanto, superioridade. O processo culmina em conflito (ARISTÓTELES, s/d., p. 238, 306-307). Assim, uma democracia relativizada e cética levaria a sentimentos de cinismo, alienação, anarquia e niilismo, assim como a situações de anarquia ou impasse. Tudo isso, conforme Sorokin, seria resultado do esgotamento das certezas científicas, e com isso, a ausência de qualquer baliza moral, permitindo uma anarquia de valores, representada pelo niilismo. O cinismo, por sua vez, seria a negação filosófica de qualquer existência pós-morte e uma valorização da morte como o descanso eterno e um fim das preocupações e tristezas (SOROKIN, 1937, p. 76-77; SOROKIN, 1970, p. 262, 427-428).

Conforme Aristóteles, no seio da democracia, o demagogo, com a conquista da confiança do povo, torna-se tirano (ARISTÓTELES, s/d., p. 316-317). Para entender essa etapa, Kahn recorre a Spengler e aos conceitos de cesarismo e bonapartismo. Bonapartismo, ou napoleonismo, é o surgimento de poderes amorfos, próprios da decadência política. Para Spengler, esse período corresponderia às transformações rápidas, características da modernidade, as quais acabam com a tradição e com a experiência de governo. A busca por um líder, dentro desse contexto, leva os Estados a entrar em conflito, muito pela sua personalização na figura do líder, o que também culmina no imperialismo. Já o cesarismo seria o fim da democracia, o sucesso do império, acabando com a política. Ele é acompanhado por uma nova religiosidade (SPENGLER, 1964, p. 369-374, 404-405, 409-414).

Sorokin apresenta uma visão semelhante ao analisar o fim da cultura *senstate*. Com governos assentados na força, e ela que é empregada no relacionamento entre os Estados e entre o governo e as pessoas. Assim, os governos *sensate*, representados por facções no poder, culminam na eliminação das leis consideradas inconvenientes ao seu poder, na proibição de crenças, teorias e opiniões contraditórias, na criação de ideologias próprias, para substituir os valores derrubados, na doutrinação de jovens, no silenciamento da oposição, na posse dos

meios de comunicação e na forte propaganda do grupo no poder. Constituí-se, ainda, forças de opressão e extermínio e valorizam-se as artes e as teorias que exaltem o governo. Essa situação conduz a uma constante disputa e desejo pelo poder, redundando em guerras e revoltas (SOROKIN, 1970, p. 480-482). Surgiriam, então, conforme Kahn, os “príncipes”, que seriam as elites ou líderes carismáticos ou mesmo messiânicos. Esses líderes, com o passar do tempo, poderiam recorrer a verdades transcendentais, e autoproclamarem-se como inauguradores de uma nova era.

Portanto, nos termos de Sorokin, a derrocada *sensate* conduz, quase invariavelmente, a um retorno *ideational*. Após lutas constantes entre facções pelo poder, há uma restauração da verdade transcendental, abandonando a relatividade em direção ao universalismo. É a passagem de um homem descrente e quase selvagem, que abdicou de sua própria vontade e entregou-se aos sentidos, para uma fase de controle sobre si mesmo, normalmente de forma muito severa e orientada por algum elemento exterior e considerado acima da materialidade. Esse processo é, por exemplo, explicado com a ascensão do Cristianismo, a qual Kahn sugere um paralelo entre Sorokin e Gibbon (SOROKIN, 1970, p. 282-283, 697-698).

Sorokin indica que a passagem do Império Romano para a Idade Média foi uma transição da cultura *sensate* para a *ideational*. O domínio romano presenciou uma renovação empírica e o aumento do número de descobertas e invenções. Assim, entre os séculos I a.C. e I d.C., presencia-se a derrocada *sensate*, já que ela não consegue sustentar as certezas e diversas revoltas eclodem. Soma-se a isso as invasões de povos estrangeiros e inimigos, a estagnação do Império e a crença cada vez mais difundida do fim do mundo, e a cultura materialista perde ainda mais sua força. Sorokin afirma que os efeitos mentais de tal situação desesperada acaba sendo, de um lado, a crença apocalíptica e o misticismo, e, de outro, o cinismo e o ceticismo niilista. Com isso, os elementos *ideational* começam a ganhar espaço e, a partir do século III d.C., o empirismo enfraquece e o misticismo ganha força (SOROKIN, 1970, p. 260-263; SOROKIN, 1937, p. 69-79).

Gibbon também percebe indicio de esfacelamento cultural em Roma no século I d.C., em relação ao vigor cultural de antanho. Gibbon aponta também que, nesse período, o Império era rico e buscava a satisfação dos prazeres de seu povo, resultando na decadência dos valores. Nesse contexto, somado com a violência crescente, interna e externa, o Cristianismo, como uma religião silenciosa, foi tomando o espaço (GIBBON, 2005. p. 63-64, 68-74, 80-83, 235).

Por mais que as intenções e análises de Sorokin, Gibbon, Spengler e Aristóteles possuam diferenças e intenções diversas, Kahn está interessado em como, ao compará-los, é possível, metafórica e heurísticamente, perceber padrões e tendências.

Essa análise serve ao planejamento futuro, quando Kahn, ao descrever a sociedade atual, aponta uma secularização quase que total da sociedade, o que resulta em uma polarização: há, de um lado, o retorno a atitudes e atividades religiosas e, de outro, o egoísmo, o hedonismo e atitudes e atividades tipicamente *sensate*. Novamente, o Império Romano é recuperado, pois, segundo Kahn, quando uma série de novas religiões surgiram, epicuristas, estoicos e romanos tradicionalistas se aborreceram e desdenharam da “irracionalidade” e da

“emotividade” dessas religiões, dentre as quais estava o Cristianismo. Kahn, nos anos 1960, via na Nova Esquerda e nos hippies, por exemplo, um paralelo em “irracionalidade” e emoção às religiões que surgiram em Roma. Destarte, essas analogias históricas permitiram Kahn especular que esses movimentos poderiam constituir um sinal e uma causa de anarquia, o que poderia conduzir a uma nova religiosidade (KAHN & WIENER, 1967a, p. 343).

#### IV. A metáfora, a história e os historiadores

A proposta de interpretar a história como metáfora não é uma ideia corrente entre os historiadores, principalmente quando aplicada ao futuro. Em um primeiro momento, ainda no século XIX, a formulação científica da história acreditava na possibilidade do afastamento total do sujeito – o historiador – do seu tempo. Portanto, parte do método científico do historiador seria apagar ou minguar os aspectos do seu tempo que interfeririam em sua pesquisa e em sua leitura do passado. Essa questão determinaria, inclusive, as possibilidades de investigação, já que só caberia ao historiador estudar o passado, pois é a temporalidade passível de conhecimento objetivo e da qual ele consegue se afastar, inclusive temporalmente (MARTINS, 2010, p. 7-13).

Depois, no início do século XX e após a II Guerra Mundial, muito pela influência de Marc Bloch e dos *Annales*, reconheceu-se a importância do presente, do tempo do historiador, ao formular suas questões de investigação sobre o passado (BLOCH, 2001, p. 51-68). Porém, de fato, o afastamento do futuro persistiu.

Em meados do século XX, o fim do processo de duas guerras mundiais foi interpretado como uma crise, mas também uma oportunidade de repensar os rumos do que seria o conceito, complexo e difícil, de civilização ocidental.

O conceito de civilização ocidental abarcava uma grande visão de mundo, que guardava em si a própria ideia de História como um grande processo singular e, junto disso, compreendia também uma série de outros elementos que a acompanhavam (KOSELLECK (et al.), 2013, p. 125-126, 161, 191, 200). Não devemos estranhar, portanto, que aspectos considerados basilares do que costumavam definir o que compunha essa civilização ocidental e que também funcionavam como objetivos a serem mantidos e buscados constantemente passassem por essa revisão fruto da experiência traumática que fora as duas guerras mundiais e todos os seus efeitos concretos e psicológicos, como o desenvolvimento de armas e ideologias de destruição em massa.

Um dos pontos basilares que foi revisado como decorrência dessa crise foi a razão. Por um lado, surgiram diversas dúvidas e posições que descreditavam a existência ou pelo menos a possibilidade de execução da razão. Todavia, houve também aqueles que retomaram a crença da razão não como uma força própria e inerente à história, mas como uma capacidade humana que precisava ser trabalhada, desenvolvida e constantemente aplicada. De qualquer forma, a revisão sobre a razão refletiu, não em poucos casos, em uma resignificação parcial da história

ou de aspectos do estudo sobre o passado. É o caso de Herman Kahn e seu método de estudo do futuro.

Podemos perceber que, logo após o fim da guerra, nos Estados Unidos, iniciou-se um tipo de pensamento pretensamente técnico sobre as possibilidades de guerras vindouras. Houve, assim, a eclosão de uma complexidade das tomadas de decisão, as quais envolviam, agora, diferentes níveis. Basicamente, havia aqueles que delineavam e definiam o que podemos chamar de um “contexto” da decisão e havia os que tomariam a decisão, baseados nos contextos desenvolvidos.

Os historiadores, ao formular sua ciência da história, afastaram-se dessas questões e desenvolveram uma aversão ao futuro. Staley atribui essa aversão à incapacidade que os historiadores acreditam ter sobre fazer previsões. De fato, se avaliarmos a lista de “historiadores” que Staley aponta como os que se dedicaram ao futuro, veremos que são anteriores ou contemporâneos ao início da formulação científica da história, como Vico, Hegel e Marx, o que dificulta categorizá-los como somente historiadores. Eram, de forma geral, filósofos que, em seus sistemas, abordavam a história. Há, por fim, historiadores que, todavia, ao realizarem suas filosofias especulativas da história, acabaram sendo postos à margem daquela prática considerada válida pelos historiadores, como Toynbee e Spengler. Em comum a todos eles, Staley reconhece um esforço em buscar padrões no passado e extrapolá-los para o futuro. Como exemplos mais contemporâneos, Staley aponta Heilbroner, Schlesinger, Strauss e Howe, todos estadunidenses e com formações e atuações interdisciplinares em economia, política e ciências sociais. Em suma, Staley conclui que a prática historiográfica elaborada desde o século XIX e, principalmente, ao longo do século XX formou historiadores com dificuldades de interpretações da história com recortes longos ou como processos duradouros e perenes, em prol de uma historiografia caracterizada pelos estudos de caso e por recortes temporais e espaciais curtos (STALEY, 2002, p. 73-74).

Para Staley, foi o próprio historicismo, como elemento constituinte da epistemologia da história, que trouxe o destaque para a natureza contingente dos eventos. Por isso, os historiadores deixaram de elaborar teorias explicativas sobre as mudanças e permanências no tempo e praticaram uma historiografia que cada vez mais compreendia os eventos como pertencentes a um tempo e a um lugar específicos e que, então, só podiam ser entendidos conforme essas especificidades. Um índice desse afastamento é a aversão nutrida pelos historiadores às histórias universais e especulativas sobre o rumo do processo humano no tempo, principalmente pela sua atenção dada ao futuro (STALEY, 2002, p. 74-75).

Staley, defendendo que os historiadores podem e devem trabalhar com o futuro, argumenta que a previsão é apenas uma forma possível de abordá-lo. Assim, além de fazer previsões ou calar-se sobre o futuro, Staley defende que os historiadores podem aplicar alguns elementos da historiografia para estudar o futuro (STALEY, 2002, p. 76).

O primeiro ponto da defesa de Staley acerca da competência dos historiadores para abordar o futuro parte de um elemento recorrente no argumento de Kahn e dos cientistas dos institutos de aconselhamento: a abordagem sobre o futuro não pode ser única. Por isso, o historiador reafirma a utilidade do uso do cenário e, acrescenta a isso, os historiadores como

um dos profissionais mais indicados para utilizar tal técnica. O método para elaborar cenários defendido por Staley inicia com uma questão do tipo: “o que aconteceria se...”, que deve ser sempre sobre o futuro. Após a questão feita, cabe, então, buscar as forças diretrizes do presente, dentro do contexto da questão. É possível identificar as forças diretrizes como os fatores principais que levam a determinar o resultado da questão no futuro. Isso passa por buscar dados e informações atuais que permitam o historiador levantar possíveis forças potenciais. Essa prática também demanda certa dose de erudição e conhecer, inclusive, as produções culturais mais criativas e alternativas, pois, elas, não raramente, poderão determinar os rumos futuros (STALEY, 2002, p. 78-80).

Ao identificar algumas das forças diretrizes e as formas que elas podem interagir, cabe, a quem escreve o cenário, construir as narrativas do resultado de cada “enredo”. É nesse momento, então, que o cenário se mostra, de acordo com Staley, como uma ferramenta que está além da simples previsão, pois não apresenta um caminho ou um resultado único e inexorável, mas oferece resultados e processos igualmente possíveis e plausíveis, com suas próprias lógicas e coerências. Porém, mais do que apresentar concatenações temporais, o cenário desenvolve contextos de fundo em que os eventos ocorrem (STALEY, 2002, p. 80). Dessa forma, o cenário se torna mais uma narrativa sincrônica do que diacrônica, ou, em outros termos, constitui uma descrição estruturalista, sem dar muita atenção à sequência dos eventos, de forma semelhante a como, conforme Staley, Braudel interpretou o passado (STALEY, 2002, p. 87).

Portanto, segundo Staley, há semelhanças no método de escrever cenários com o método de escrita da história, o que qualifica ainda mais o historiador a elaborar cenários. Inicialmente, o historiador elabora questões e, a partir delas, hipóteses diferentes sobre o passado, de acordo com diversos recortes espaciais, temporais e temáticos. Com as questões definidas, a próxima etapa seria localizar as evidências (STALEY, 2002, p. 83).

Staley desenvolve um conjunto de argumentos para “relativizar” essa categoria de evidências, tanto do passado, quanto do futuro. Inicialmente, afirma que a busca por informações é dependente dos historiadores. É o pesquisador que define o que utilizará para responder a questão que formulou, assim como é ele que define o que é importante para explicar e narrar o passado. Outra característica das evidências usadas pelos historiadores é que elas estão disponíveis no presente e não no passado. O que o historiador acessa, para Staley, são objetos materiais e mentais oriundos do passado. São partes do passado, mas nunca o passado como o todo. Assim, o autor conclui que os historiadores não estudam o passado, mas suas evidências presentes. Seria, portanto, um trabalho retroativo, que parte do presente para construir um relato, uma descrição do passado. Para Staley, com o futuro não é diferente. É o mesmo processo, só que no sentido contrário: o “historiador” parte do presente para descrever ou relatar os futuros possíveis. Isso nos leva a concluir, então, que dentro da compreensão de Staley não há um único passado, mas passados. Ou melhor, cenários do passado (STALEY, 2002, p. 83-84).



O próximo passo da pesquisa do historiador (do passado ou do futuro) é discernir os padrões ou sentidos no corpo de fontes e documentos escolhidos. Esses padrões ou sentidos são o que permitem estabelecer as relações entre eventos distintos no tempo. As conclusões que o “historiador” apresenta, a partir dos padrões e sentidos estabelecidos, devem ser feitas de forma plural, ou seja, por meio de várias narrativas. Essa, conforme Staley, é uma diferença em relação à escrita da história sobre o passado, na qual o historiador é incentivado a escrever somente uma narrativa. Uma alternativa a isso é a história contrafactual, o que seria, para Staley, em outros termos, elaborar cenários sobre o passado (STALEY, 2002, p. 84-87).

Todavia, como os dados, tanto sobre o passado, como sobre o futuro, são incompletos e escassos, é preciso, muitas vezes, usar a criatividade e, nesse sentido, o autor não dispensa a comparação com o passado, para buscar alternativas plausíveis de desenvolvimentos futuros. E o critério para definir o que é plausível é tudo aquilo que se assenta em evidências contemporâneas (STALEY, 2002, p. 85).

Dessa forma, o elaborador de cenários imagina uma estrutura possível para o futuro. Nessa estrutura é que os eventos se manifestariam. Portanto, a elaboração de cenários, além de calibrar a intuição, também se aproxima de uma interpretação heurística, uma vez que o cenário, como contexto futuro, permite pensar exemplos ou indícios de eventos futuros ou de aspectos deles (STALEY, 2002, p. 88).

A diferença entre o trabalho do historiador e o do futurista, que Staley parece desconsiderar, é que a história, ao tratar de evidências presentes do passado, aborda produtos de uma outra temporalidade que, por uma série de processos socialmente significantes ao longo do tempo, foram preservados. Há, portanto, um elemento fenomênico que produziu aqueles materiais estudados. Por outro lado, não há tal materialidade acerca do futuro.

Não reconhecer isso é negar uma diferença importante entre a historiografia e o estudo do futuro e a finalidade de cada prática.

O passado aconteceu e, por mais que não consigamos recuperá-lo integralmente, há uma substância de real que os historiadores pretendem e tentam recuperar. O historiador é cobrado socialmente para contar o que realmente aconteceu, ou chegar o mais próximo disso. Essa é a finalidade historiográfica, a qual possui toda uma tradição de discussão teórica, filosófica e epistemológica sobre os meios e a possibilidade de conhecimento do passado.

Parece que, ao afastar essa responsabilidade do historiador ou mesmo descrever a capacidade da história de, como disciplina, realizar, ainda que minimamente, tal intento, gera, de fato, propostas como a de Staley. Tais propostas não carecem de sentido ou de qualidade, todavia, de forma alguma, substituem a história, como conhecimento do passado e como uma disciplina que, com seu próprio conjunto teórico e metodológico, se dedica a elaborar os meios e as possibilidades desse conhecimento.

O uso da história para especular sobre o futuro parece ter outra finalidade, que não é mais aquela tradicional da história, ou seja, conhecer o passado. O uso da história – entendida tanto como o conhecimento do passado, quanto o estudo e os meios para a elaboração desse conhecimento – proposto por Staley é dar ao conhecimento do passado uma finalidade mais pragmática. É, de certa forma, usar um termo e um significado consagrados para definir outras

coisas. É, portanto, ampliar o significado do conceito de história. Essa ampliação parece visar, justamente, uma concorrência com outras áreas que usam o termo “história” para significar algo diferente daquilo que os historiadores convencionaram como história, principalmente desde o século XIX. Retornar à análise de Kahn nos ajuda a esclarecer essa questão.

Quando Kahn defende o uso da história – real ou imaginada – para pensar possibilidades de futuro, há uma intenção de ou tentar ilustrar algo que se considera desejável ou indesejável no presente ou no futuro. Assim, ao delinear um futuro posto como possível e provável e construir uma narrativa histórica que o ilustre, há algo como um *lobby* sobre o futuro (HUDSON, 1973, SIDE A; ABELSON, 1996, p. 80). A função de um cenário passado para pensar o futuro não é a verdade do passado, mas a verossimilhança que a construção atribuída ao passado possui, não necessariamente com o tempo que passou, mas com a situação que ela busca esclarecer, que normalmente é uma situação presente ou futura (KAHN & WIENER, 1967b, p. 264; KAHN & WIENER, 1967a, Side B; DICKSON, 1971, p. 310-311). Esse esclarecimento, indicando o desejável ou o indesejável, visa, em última instância, a ação, na forma da decisão por políticas feita por um responsável.

Ou seja, estamos tratando de concepções distintas de história, resultantes de práticas distintas. Uma prática não anula a outra, mas é importante perceber que são práticas distintas. A defesa de Staley de os historiadores serem profissionais adequados para elaborar cenários parece ir na linha do que, em 2013, David Armitage e Jo Guldi, no livro *History Manifesto* defenderam: uma participação pública maior dos historiadores, buscando uma significação e, até, uma utilidade da história para as decisões e os rumos das decisões governamentais que impactam na vida das pessoas.

Ao considerar que o futuro é um tempo aberto, no qual cabem várias possibilidades, há o reconhecimento de que nada sobre o futuro ainda está decidido definitivamente. Caberia, então, a escolha. A metáfora heurística cria essa experiência inexistente, com aparência de realidade. Ela se aproveita da autoridade secular da história como verdade ou, pelo menos, verossimilhança do passado para dar robustez e validade às suas especulações. Por isso, também, não se importa muito em chamar os cenários que constrói sobre o passado também de história. Porém, com isso, a prática futurista rearticula o tempo fragmentado pela história, porém, não mais como continuidade, mas como metáfora heurística.

Passado e futuro se assemelham rompendo justamente com a diferenciação temporal cindida pela história e pela historiografia. Ao mostrar, em um passado hipotético – real ou não, pouco importa – como decisões tomadas obtiveram sucessos ou fracassos, cria-se fundamentos para a decisão futura. O tempo, por um instante, some, e, assim, substancia a experiência decisória, esvaziada por aquele futuro sempre acelerado, rumo ao inovador e, portanto, desconhecido. Curioso é o fato que justamente um historiador, no caso, Staley, treinado em perceber o papel da determinação temporal, elabore a proposta de apagamento do tempo que aparece implicitamente em Kahn. Isso ocorre talvez por que a historiografia tenha alcançado um nível muito refinado de definir a determinação temporal, pela qual a experiência

e o conhecimento do tempo passado foi cada vez mais posta de forma historicista e, em alguns casos, relativista, criando uma dúvida sobre a possibilidade da constituição de um conhecimento concreto e, se não definitivo, pelo menos duradouro da e para a história.

Se existe a dúvida da possibilidade de um conhecimento seguro sobre o passado, é possível, então compreender sua manipulação, não só aquela muitas vezes orientadas implicitamente pelo social, pelo cultural ou pelo político, mas uma manipulação consciente e explícita, voltada para a finalidade pragmática da política e da decisão. O que cabe refletir é o que a história tem a ensinar e contribuir sobre como podemos pensar o futuro e auxiliar nas decisões. Porém, também precisamos ponderar os riscos que assumimos ao aproximá-la do futuro, o qual constitui um espaço repleto de potencialidade manipulativa e imaginativa, diferentemente do passado, que possui o peso das vivências e das experiências concretas. O cuidado que devemos ter é se, ao invés de a história trazer um rigor e uma contribuição para a metodologia dos estudos futuros, os estudos futuros acabarem legitimando a manipulação do passado em prol de um discurso voltado para o pragmatismo das decisões políticas.

---

<sup>1</sup> Fabio Sapragonas Andrioni é pesquisador do Instituto de Estudos Avançados – Grupo Khronos da Universidade de São Paulo e Bolsista da CNPQ/Pós-doutorado Junior.

<sup>2</sup> O impacto do trabalho da equipe de Wohlstetter acerca da defesa dos EUA mudou a estratégia do país. Os EUA abandonaram a intenção de dissuadir o inimigo por possuir um poder de ataque inicial imenso e adotaram a proposta de Wohlstetter, que era possuir as condições necessárias para sobreviver a um primeiro ataque do inimigo e conseguir contra-atacá-lo. O foco, assim, não era mais constituir uma grande força inicial de ataque, mas possuir uma condição de defesa mais complexa e robusta.

### Referências bibliográficas

ABELSON, Donald E. *American think-tanks and their role in US foreign policy*. New York: St. Martin's Press, 1996.

ANDRIONI, Fabio S. *A arquitetura do destino: a ciência do futuro e a teoria da história em O ano 200 (1967)*, de Herman Kahn e Anthony J. Wiener (Dissertação de Mestrado). São Paulo: 2010.

ANDRIONI, Fabio S. *Quando a história também é futuro: as concepções de tempo passado, de futuro e do Brasil em Herman Kahn e no Hudson Institute (1847-1979)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: 2014.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 51-68.

BRUCE-BRIGGS, B., *Supergenius: the mega-worlds of Herman Kahn*. Nova York: [s.n.], 2000.  
GHAMARI-TABRIZI, S., *The worlds of Herman Kahn: the intuitive science of thermonuclear war*. Cambridge: Harvard University, 2005.

BUNZL, Martin. Counterfactual history: a user's guide. *The American Historical Review*. Vol. 109, No. 3, Jun. 2004, pp. 845-858, disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1086/530560>>, acessado em: 17 de Set. de 2013.

DICKSON, P., *Think tanks*. New York: Atheneum, 1971.

FERGUSON, Niall. *Virtual history: alternatives and counterfactuals*. New York: Basic Books, 1995.

FORTUN, M. and SCHWEBER, S. S. Scientists and the Legacy of World War II: The Case of Operations Research (OR). *Social Studies of Science*, Vol. 23, No. 4 (Nov., 1993), p. 628-629.

---

GALLAGHER, Catherine. War, Counterfactual History and Alternate-History Novels. *Field Day Review*. Vol 3 (2007), pp. 52-65. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30078840>>, acessado em 17 de Set. de 2013.

GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. (Edição abreviada). São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 63-64; 81-82. Ibid., p. 68-74, 80-83, 235.

GULDI, J.; ARMITAGE, D. *History manifesto*. Cambridge: Cambridge University, 2014.

HUDSON Institute, 1973 *Synoptic Context on The Corporate Environment (1975-1985): methodological comments (HI-1891/2-CC)*, Volume 1. Croton-on-Hudson: Hudson Institute, 1973, I – Card 1. Why independent professional policy research?. SIDE A.

HUDSON Institute, 1973, Volume 1, CE I – Card 3, I – Commentary Card 3 *A perspective on futurology Side B, 1973 CE I – Card 2 Some practical methodological observations Side B*.

HUDSON Institute, Inc. *Certificate of incorporation and by-laws*, April, 1962

HUDSON Institute, volume 1, 1973, I – Card 2 *a perspective on futurology Side B*.

HUDSON Institute. 27 de Set. de 1961.

KAHN, H. Carta 13 de Fev. de 1962.

KAHN, H. e MANN, I. *Game theory*. Santa Monica: RAND Corporation, 1957a.

KAHN, H. e MANN, I. *Techniques of systems analysis*. Santa Monica: RAND Corporation, 1957b.

KAHN, H. e MANN, I. *Ten common pitfalls*. Santa Monica: RAND Corporation, 1957c.

KAHN, H. e MANN, I. *War Gaming*. Santa Monica: RAND Corporation, 1957d.

KAHN, Herman. *A escalada: metáforas e cenários*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969a.

KAHN, Herman. *Applications of Monte Carlo*. Santa Monica: RAND Corporation, 1954.

KAHN, Herman. *On escalation: metaphors and scenarios*. Baltimore: Penguin, 1968.

KAHN, Herman. *On thermonuclear war*. New Brunswick/London: Transactions, 2007.

KAHN, Herman. *On thermonuclear war*. New York: Free Press, 1969b.

KAHN, Herman. *Pensando no impensável*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1971.

KAHN, Herman. *Thinking about the unthinkable*. New York: Horizon Press, 1962.

KAHN, Herman. *World economic development: 1979 and beyond*. Boulder: Westview, 1979.

KAHN, Herman; BROWN, Willian; MARTEL, Leon. *The next 200 years: a scenario for America and the world*. New York: Morrow, 1976.

KAHN, Herman; BROWN, Willian; MARTEL, Leon. *Os próximos 200 anos: uma visão otimista do futuro*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

KAHN, Herman; BRUCE-BRIGGS, B. *Things to come: thinking about the seventies and eighties*. New York: Macmillan, 1972.

---

KAHN, Herman; WIENER, Anthony J. *Faustian powers and human choices: some 21<sup>st</sup> century technological and economic issues*. Croton-on-Hudson: Hudson Institute, 1967a. HI-891/2-DP, September 15.

KAHN, Herman; WIENER, Anthony J. *O ano 2000: uma estrutura para especulação sobre os próximos trinta e três anos*. São Paulo: Melhoramentos/USP, 1968.

KAHN, Herman; WIENER, Anthony J. *The year 2000: a framework for speculation on the next thirty-three years*. *S/I*: Hudson Institute, 1967b.

KOSELLECK, R. (et al.). *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 125-126, 161, 191, 200.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, R. Modernity and the planes of historicity. In: *Economy and society*. Vol. 10, nº2, Londres, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul, maio de 1981.

MARTINS, E. de R. *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7-13.

SHRADER, C., *History of Operations Research in the United States Army*. Volume I: 1942-62. Washington D.C.: United States Army, 2006.

SMITH, James Allen. *The ideas brokers: think tanks and the rise of the new policy elite*. New York: The Free Press, 1991.

SMITH, Mark J. *A short history of Hudson Institute 1961-1972*. Croton-on-Hudson: Hudson Institute, 1972 (1 Aug) – HI-1718-P

SOROKIN, Pitirim A. *Social and cultural dynamics*. New York/ Cincinnati/ Chicago/ Boston/ Atlanta/ Dallas/ San Francisco: America Book Company, 1937. v.2

SOROKIN, Pitirim A. *Social and cultural dynamics: a study of change in major systems of art, truth, ethics, law and social relationships* (abridged by Sorokin, P.A.). Boston: Extending Horizon/Porter Sargent, 1970.

SOROKIN, Pitirim A. *Social philosophies of an age of crisis*. Boston: Beacon Press, 1950.

SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SPENGLER, Oswald. *The decline of the West: form and actuality* (vol. 1). London: Allen & Unwin, 1918.

STALEY, David J. A history of the future. *History and Theory*. Middletown, v. 41, n. 4, Theme Issue 41: Unconventional History, p.72-89, Dez. 2002. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0018-656%28200212%2941%3A4%3C72%3AAHOTF%3E2.0.CO%3B2-R>>. Acesso em: 10 out. 2007.

STALEY, David J. *History and future*. Lanham: Lexington Books, 2010.

STEVENSON, Jonathan. *Thinking beyond the unthinkable: harnessing doom from the Cold War to the War on Terror*. New York: Viking Penguin, 2008..

---

TETLOCK, Philip E., LEBOW, Richard N., PARKER, Geoffrey (org.). *Unmaking the West: "what-if?" scenarios that rewrite world history*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009.

WILLIAMS, Chester S. *Memo to members of the Institute*. New York: Hudson Institute, 03 de Jul. de 1962